

**AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO E A ILUSTRÍSSIMA AUTORIDADE QUE LHE É  
SUPERIORAMBOSDA COMPANHIA DE SANEMAMENTO MUNICIPAL – CESAMA – JUIZ DE  
FORA/MG**

**Ref.: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO nº 098 / 2019**

**M&S SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA-EPP**, estabelecida na cidade de Nova Odessa, estado de São Paulo, na Rua Independência, n.º 637, Sala 6, – Centro - CEP 13.380-025, devidamente cadastrada no CNPJ sob n.º 26.069.189/0001-62 e Inscrição Estadual n.º 482.071.550.116, através de seu sócio administrador, Sr. Marcos Sartori, brasileiro, casado, empresário residente e domiciliado na cidade de Americana-SP, na Rua Doze de Outubro, nº 273, Vila Santa Catarina, CEP 13466-330, portador da Cédula de Identidade RG n.º 3.346.605 SSP/SP, CPF n.º 097.002.346-49 e Título de Eleitor nº 0551.6826.0141, vem, com fulcro no § 2º, do art. 41, da Lei nº 8666/93, em tempo hábil, à presença de Vossa Senhoria a fim de

## **IMPUGNAR**

os termos do Edital em referência, que adiante especifica, o que faz na conformidade seguinte:

### **I – DA TEMPESTIVIDADE**

A presente impugnação é tempestiva, tendo em vista que apresentada junto a esta Urbe 2 (dois) dias úteis anteriores a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico nº 098/2019, que ocorrerá no dia 02/12/2019, conforme prescreve o preâmbulo do instrumento convocatório em apreço.

**No entanto, destaca-se que mesmo que não fosse tempestiva a presente impugnação, tem o dever esta Municipalidade de rever seus atos administrativos eivados de vícios automaticamente, por força do princípio da autotutela administrativa, sob pena de descumprimento da lei e estarem os responsáveis aptos a receber suas sanções.**

### **II – DOS FATOS**

A subscrevente tendo interesse em participar da licitação supramencionada, adquiriu o respectivo Edital.

Ao verificar as condições para participação no pleito em tela, deparou-se a mesma com as seguintes exigências que ferem em demasia o caráter competitivo do certame, bem como o tornam ilegal, sendo necessária sua reformulação:

#### **ITENS CONSTANTES DO EDITAL:**

##### ***“6.1.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA***

***a) Apresentação de balanço patrimonial do último exercício social já exigível na forma da lei.***

***b) Comprovação do índice Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), bem como Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação, índices calculados com base nas demonstrações contábeis do exercício social anterior ao da licitação.” (destacamos)***

Sucedee que, tal exigência é absolutamente ilegal, pois afrontam às normas que regem o procedimento licitatório, bem como afrontam a jurisprudência do Tribunal de Contas de Minas Gerais e São Paulo, bem como demais Sodalícios de Contas deste País, como adiante será demonstrado.

### **III – DA ILEGALIDADE**

De acordo com o § 1º, inciso I, do art. 3, da Lei nº 8666/93, é vedado aos agentes públicos:

“I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato”;

Ora, na medida que o indigitado item do Edital está a exigir que os licitantes detenham Capital Circulante Líquido (CCL) de no mínimo 16,66% do valor estimado para contratação, não resta dúvida que o ato de convocação de que se cogita consigna cláusulas manifestamente comprometedoras ou restritivas do caráter competitivo que deve presidir toda e qualquer licitação.

Como se não bastasse, os itens objurgados, ferem igualmente o princípio da isonomia consagrado no inc. I, do art. 5º, da Constituição Federal.

**Pois bem. Passaremos a apresentar as razões que fulminam o Edital da licitação em apreço:**

**III.1 - QUANTO A EXIGÊNCIA ILEGAL E DESCABIDA DE CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO NO MONTANTE DE 16,66% DO VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO:**

A exigência de Capital Circulante Líquido (CCL) é totalmente ilegal e, portanto, descabida, pois exacerba as exigências previstas no art. 31, da Lei 8.666/93, conforme será demonstrado a seguir:

**À analogia verifique-se a jurisprudência extraída do Tribunal de Contas de Minas Gerais nos autos da DENÚNCIA N. 911655, dando conta da ilegalidade de exigência Capital Circulante Líquido (CCL), *in verbis*:**

“DENÚNCIA. PREFEITURA MUNICIPAL. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA. I. PRELIMINAR. ILEGITIMIDADE PASSIVA. SIGNATÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO. NÃO ACOLHIMENTO. II. MÉRITO. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS EXCLUSIVAS DE UM SÓ FABRICANTE. EXIGÊNCIA DE DOCUMENTO QUE CONFIGURE COMPROMISSO DE TERCEIRO ALHEIO À DISPUTA. INVIABILIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO. FALTA DE PROJETO BÁSICO E DETALHAMENTO DOS CUSTOS. PREVISÃO DE DOAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS NO CASO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA O ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL E O ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO. **EXIGÊNCIA DE CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO INCOMPATÍVEL COM OBJETO DA LICITAÇÃO.** EXIGÊNCIA EXCESSIVA DE **CAPITAL** MÍNIMO OU PATRIMÔNIO **LÍQUIDO**. EXIGÊNCIA DE CERTIDÃO DE QUITAÇÃO JUNTO AO

CREA. EXIGÊNCIA DE VISTO DO CREA-MG EM CERTIDÕES EMITIDAS POR OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO. EXIGÊNCIA DE PROFISSIONAL COM CERTIFICAÇÃO EMITIDA PELA EMPRESA FABRICANTE. RESTRIÇÃO DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS À FORMA PRESENCIAL. PREVISÃO IMPRECISA QUANTO À SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DO CONTRATO. IRREGULARIDADES. APLICAÇÃO DE MULTA. DEFICIÊNCIA DA PESQUISA DE PREÇOS. REALIZAÇÃO DE TRÊS ORÇAMENTOS. DISCREPÂNCIA COM O VALOR CONTRATADO. RECOMENDAÇÃO. AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA O NÃO-PARCELAMENTO DO OBJETO, APRESENTAÇÃO DE JUSTIFICATIVAS. RAZOABILIDADE. RECOMENDAÇÃO.

(...)

A exigência de capital circulante líquido no valor mínimo de 16,66% do valor estimado para a contratação é incompatível com a natureza e características do objeto licitado, contrariando o disposto no artigo 31, §5º, da Lei 8.666/1993 e restringindo o caráter competitivo do certame.”

(g.n)

Há, ainda, recentíssima jurisprudência do Tribunal de Contas de São Paulo acerca da exigência de CCL em licitações com o objeto “cartão alimentação e refeição”, extraída dos autos do processo TC Nº : 6948/989/19-9:

**“EMENTA: EXAME PRÉVIO DE EDITAL. MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS E PREPARO DE REFEIÇÕES. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO. CONTRATOS COM A INICIATIVA PRIVADA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CRITÉRIO PARA COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. PROCEDÊNCIA PARCIAL.**

1. É indevida a exigência de relação de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública, para fins de habilitação, porquanto não cabe condicionar a participação na disputa à apresentação de documento não previsto no rol taxativo dos artigos 28 a 31 do Estatuto das Licitações.

2. A definição dos critérios para aferição da saúde financeira das licitantes deve se ater à objetividade estatuída pelo artigo 31 da Lei de Licitações, evitando-se a adoção de requisitos que excedam os limites da norma e frustrem o caráter competitivo da licitação.” (g.n.)

Ademais, a avaliação do tema, no âmbito municipal, não se sustentaria na disciplina conferida pela IN 05/17 do MPDG, norma desenhada para regular situações vividas na Administração Pública Federal.

Como se nota o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, bem como o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo vedam a exigência de Capital Circulante Líquido (CCL), tendo em vista que tal exigência destoava do rol taxativo estabelecido pelo art. 31 da Lei 8.666/93, sendo, portanto, exigência **ABSOLUTAMENTE ILEGAL E RESTRITIVA**.

Diante do exposto, requer-se, desde já, seja suspenso e retificado o Edital para posterior publicação, para que sejam promovidas as correções necessárias com fito de trazer legalidade e cesse tamanha restritividade ao certame.

Dada a meridiana clareza com que se apresenta a ilegalidade da exigência apontada, **REQUER-SE O RECEBIMENTO DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO PARA SUPRIMIR/CORRIGIR DO EDITAL EM APREÇO A EXIGÊNCIA CONSTANTE NO ITEM 6.4.1. “a” , POR SER MANIFESTAMENTE ILEGAL, CONFORME AQUI EXAUSTIVAMENTE DEMONSTRADO.**

#### IV – DOS PEDIDOS

Em face do exposto, requer-se seja a presente IMPUGNAÇÃO julgada procedente, com efeito para:

- *declarar-se nulo o item 6.4.1. “b”;*
- determinar-se a republicação do Edital, escoimado dos vícios apontados, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 4º, do art. 21, da Lei nº 8666/93, não sendo exigido Capital Circulante Líquido (CCL).

Caso seja rejeita a presente impugnação pelo r. Pregoeiro e equipe de apoio, que a mesma seja dirigida à autoridade competente para decisão final.

**Nestes Termos,**

**Pede deferimento.**

**Nova Odessa, 27 de novembro de 2.019.**

M&S SERVIÇOS ADM. LTDA EPP  
CNPJ: 26.069.189/0001-62



---

**M&S SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA-EPP**  
**Sr. Marcos Sartori**  
**SÓCIO ADMINISTRADOR**